

O MAL-ESTAR SOCIAL NO CAPITALISMO: Reflexões para o campo do Desenvolvimento Regional

Carlos Stavizki Junior

GRUPO DE TRABALHO: GT1: Desenvolvimento regional, planejamento, governança, controle social e gestão do território

RESUMO

Este trabalho analisa o conceito de mal-estar social no contexto do capitalismo, com ênfase na racionalidade neoliberal e suas implicações para o sofrimento psíquico. A pesquisa adota uma abordagem crítica e socioterritorial, destacando como as estruturas econômicas e políticas contemporâneas promovem a exclusão social e intensificam a exploração do trabalho e dos territórios. Entende-se que tratar os sofrimentos sociais como questões individuais é uma tendência do modelo neoliberal, o que reduz a capacidade de compreensão dos fenômenos sociais causadores de mal-estar. O estudo faz uma crítica à visão hegemônica que marginaliza manifestações de sofrimento e propõe que o campo do Desenvolvimento Regional deve considerar as especificidades de cada território na busca por soluções efetivas aos problemas públicos. Conclui-se que a transformação do sofrimento social requer uma análise aprofundada das dinâmicas locais e uma abordagem integrada entre sujeito e território, superando a busca por soluções padronizadas.

Palavras-chave: Mal-estar Social; Neoliberalismo; Sofrimento; Desenvolvimento Regional.

1. INTRODUÇÃO

Quando Sigmund Freud se propôs a comentar *O mal-estar na civilização*, em 1930, trouxe uma reflexão incômoda sobre o que chamou de “neurose social” e como esta condição impediria a própria percepção coletiva do mal, pois não haveria autoridade para discernir, sendo que todos estariam imersos em uma mesma neurose (Freud, 2011, p. 92). Chama a atenção, nesta obra, o papel que o psicanalista propõe à cultura, tendo-a como mediadora dos instintos de vida e de destruição da espécie humana, no sentido de que a ideia de sociedade só é possível com o controle destes instintos. Na hipótese de estarmos imersos em uma racionalidade contrária à ideia de bem-estar social, na qual os instintos individuais sobrepõem o bem comum, quem seria capaz de distinguir o contrário?

Se considerarmos as etapas de desenvolvimento das sociedades modernas, a tese freudiana ressoa nos momentos em que a consciência coletiva segue por caminhos que são considerados impensáveis, mas que em seu contexto socioterritorial são aceitos sem maiores

resistências. A história do capitalismo é marcada por estes momentos, onde a busca pelo controle dos instintos se transformou em ação coletiva, mobilizada especialmente através da força do Estado. Em nossos dias, ainda testemunhamos ações bárbaras de controle das massas, tanto no campo político, através de leis que restringem a dignidade humana, quanto no campo econômico, com a superexploração da força de trabalho (Marini, 1981). Impressiona o fato de que, até hoje, a violência seja um dos instrumentos de coerção do Estado para o controle de suas populações e/ou para submissão de territórios e povos. Ocorre que, quando a razão não prioriza a construção de entendimento, tende a um agir instrumental, tornando a razão refém de objetivos que, para serem alcançados, são capazes de ir contra o bem comum.

Neste trabalho, propõe-se uma reflexão crítica a respeito dos processos de desenvolvimento regional e seu impacto no bem-estar coletivo, dentro de um contexto de hegemonia do neoliberalismo como modelo a ser seguido, tanto no âmbito individual quanto na organização do território e suas regiões. Trata-se de um recorte dos resultados apresentados na tese em Desenvolvimento Regional que abordou teoricamente a temática, e demonstrou na experiência histórica do Estado do Rio Grande do Sul, como o neoliberalismo impõe sua racionalidade aos repertórios de ação de atores e instituições envolvidas com políticas públicas de saúde mental (Stavizki Junior, 2025).

Este trabalho está organizado em cinco partes, sendo esta introdução a primeira. A segunda parte apresenta os principais conceitos relacionados à categoria de “mal-estar social”, a partir de autores de referência no campo do Planejamento Urbano e Regional. O terceiro tópico aborda a ideia de sofrimento social no contexto do neoliberalismo, destacando reflexões contemporâneas a respeito do tema e nos desafios impostos ao Desenvolvimento Regional. Na quarta parte, analisa-se as formas reconhecidas de sofrimento no século XXI, considerando o território como categoria central na identificação de problemas públicos e nos processos de gestão do sofrimento social. Por fim, a quinta parte apresenta as considerações finais do trabalho, destacando como a hegemonia da racionalidade neoliberal se mobiliza através da gestão dos comportamentos.

2. O MAL-ESTAR SOCIAL NO CAPITALISMO: APONTAMENTOS TEÓRICOS

O capitalismo é reconhecido como um sistema social marcado por interesses antagônicos de classes sociais em conflito, distribuídas desigualmente no espaço, mas participantes de um mesmo território. A dicotomia entre classes — a saber, os capitalistas como detentores do poder econômico e meios de produção e os trabalhadores, que possuem tão somente sua força de trabalho — condiciona os territórios a disputarem a razão no sentido

de priorizar um ou outro lado da luta de classes. Para os capitalistas, o controle do direito e dos meios de produção; para as classes trabalhadoras, o controle da razão e do bem-estar social. Neste conflito, é crucial compreender os limites da análise econômica para identificação do mal-estar social, sobretudo se considerarmos a produção cultural como subproduto da luta de classes.

Entende-se, a partir de uma análise materialista e histórica da cultura, que as manifestações da razão são produto dos conflitos sociais, traduzidos em signos assimilados pela racionalidade através dos discursos e seus sentidos (Pêcheux, 2008). Porém, a história do capitalismo é também a história das classes dominantes e de sua influência na produção de sentidos e disseminação de ideologias. Sobre isso, o geógrafo brasileiro Milton Santos (1999), no texto *Dinheiro e Território*, enfatiza que a ideologia dominante “se impõe à produção da história concreta dos homens a partir de um discurso único perfeitamente elaborado” (Santos, 1999, p. 11). Para o geógrafo, o discurso dominante é difundido através dos meios de comunicação (mídias, Igrejas, escolas, partidos políticos etc.), até que sua compreensão seja tida como senso comum e, assim, incorporada pela racionalidade. Ademais, M. Santos (1999) enfatiza que a produção científica é o espaço cultural com maior penetração na consciência coletiva, especialmente pela referência que as Universidades conquistaram como “guardiãs” da razão e da verdade. A colonização das Universidades pela racionalidade estratégica expõe uma nova e dramática fase do capitalismo mundial, nomeada como “ditadura do dinheiro em estado puro” (Santos, 1999, p. 12). Esta “ditadura” não se limita ao âmbito econômico, mas a todo o universo da singularidade humana.

Neste sentido, o geógrafo britânico David Harvey (1992) destaca que, no processo de industrialização dos países capitalistas, no início do século XX, os Estados Nacionais tiveram que assumir a tarefa de organizar os mercados para garantir o escoamento das mercadorias, sendo indispensável esta intervenção para manter o processo de expansão do sistema capitalista em escala planetária. As capacidades dos Estados Nacionais em exercer pressão direta nos mercados internos e externos, através das regulamentações dos preços, impostos, leis e uso da violência, encontram na ação social seu antagonista mais relevante. O conflito entre os interesses capitalistas e a articulação de instituições sociais interrompeu, provisoriamente, a homogeneidade do desenvolvimento econômico e abriu caminho para uma disputa pelo bem-estar social.

[...] as propensões sociais e psicológicas, como o individualismo e o impulso de realização pessoal por meio da autoexpressão, a busca de segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm um papel na plasmação de modos de consumo e estilos de vida. (Harvey, 1992, p. 118).

Para que os trabalhadores aceitem fazer parte de um sistema de acumulação que não lhes beneficia — pelo contrário, lhes inflige uma condição de pobreza e exploração — é necessário a mobilização de diferentes mecanismos de persuasão, controle e manipulação das classes trabalhadoras e pobres. O “controle do trabalho” envolve, segundo Harvey (1992), a presença incontornável do Estado para coerção dos trabalhadores e de suas famílias. A repressão policial, a cooptação e o aliciamento à cooperação de classes pelos Sindicatos patronais, são alguns dos instrumentos mobilizados pelo Estado para garantir a expansão do modo de produção capitalista.

A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o **controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais**. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e **propensões psicológicas** (a busca da identidade através do trabalho, a **iniciativa individual** ou a **solidariedade social**) desempenham um papel e estão claramente presentes na **formação de ideologias** dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (Harvey, 1992, p. 119, grifo meu).

A crítica de D. Harvey enfatiza que é através dos mecanismos de controle social que são criadas populações cada vez mais adaptadas ao modo de produção capitalista, o que exige uma racionalidade que dê sentido ao sofrimento social causado pelo próprio sistema. Nisto a racionalidade instrumental serve como argumento para um processo contínuo de exploração, utilizando-se do artifício de que o Estado e suas instituições possuem as melhores condições de planejar o território.

Sobre isso, o antropólogo estadunidense, James Scott, sintetiza o discurso hegemônico atual, o qual afirma que “toda ordem social planejada de acordo com princípios racionais e científicos é necessariamente superior às práticas aleatórias do cotidiano” (Scott, 2015, p. 75). Em outras palavras, as sociedades planejadas pela razão instrumental seriam mais eficientes do que aquelas que preservam formas alternativas de planejamento — mistificando a capacidade de planejadores.

[...] os imperativos organizacionais e técnicos do novo conhecimento científico conflitavam diretamente com hábitos tradicionais e a soberania do povo. [...] O progresso torna-se objeto de uma série de metas pré-concebidas – na maioria materiais e quantificáveis – que serão alcançadas mediante poupança, trabalho e investimentos.” (Scott, 2015, p. 82-83).

A crítica de J. Scott à racionalização da ciência como promotora de desenvolvimento destaca as contradições da razão em relação ao *que é desenvolvimento?* Não cabe, neste

momento, aprofundar as nuances do debate sobre o conceito de desenvolvimento, sendo este um tema controverso. Pode-se, contudo, perceber que no sistema capitalista, a ideia de desenvolvimento está ligada, quase exclusivamente, ao crescimento econômico e não ao bem-estar social.

O exemplo da contradição entre o avanço da capacidade produtiva de alimentos e os altos índices de subnutrição no mundo é emblemático. No século XXI, as tecnologias agrícolas alcançaram um grau de sofisticação e eficiência inéditos, com inovações que aumentaram substancialmente a produtividade no campo. Essas transformações tecnológicas permitiram que uma quantidade enorme de alimentos fosse produzida em escala global, muito além do que se imaginava no início do século XX. No entanto, mesmo com todo esse progresso, os relatórios mais recentes da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) revelam um cenário alarmante. Em 2020, a FAO apontou que aproximadamente 690 milhões de pessoas ainda vivem em situação de subalimentação crônica. Além disso, 144 milhões de crianças continuam a sofrer com o raquitismo, uma condição decorrente da falta de nutrientes essenciais para o seu desenvolvimento. Para agravar ainda mais o quadro, em 2018, 5,3 milhões de crianças morreram antes de completar cinco anos, muitas vezes em decorrência da subnutrição severa (FAO, 2020, p. 9).

Esse paradoxo, entre o aumento da capacidade produtiva e o sofrimento humano, exemplifica claramente as contradições do capitalismo globalizado. A aceleração do crescimento econômico, frequentemente defendida como a solução para o desenvolvimento dos territórios, está intimamente ligada a um processo de maximização da produtividade e da competitividade, o que resulta, por sua vez, na redução de direitos trabalhistas e sociais e no aprofundamento da exploração das classes trabalhadoras. Esse processo de acumulação de riquezas, sustentado pela lógica capitalista, tem contribuído para um agravamento das desigualdades sociais, aumentando o mal-estar e o sofrimento nas populações mais vulneráveis.

Apesar disso, o mal-estar social, embora manifestado em diferentes formas e revelado por indicadores sociais diversos, continua a ser um parâmetro subestimado nos projetos de desenvolvimento. Os planos de crescimento econômico e os modelos de desenvolvimento adotados frequentemente desconsideram ou minimizam os impactos sociais que esse crescimento gera. O mal-estar social, portanto, deve ser considerado um indicador fundamental nas políticas públicas de planejamento dos territórios, pois reflete as contradições do sistema hegemônico, não apenas como uma consequência do desenvolvimento, mas como um parâmetro de análise crítica dos processos econômicos e sociais.

3. O SOFRIMENTO SOCIAL NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO

[...] o que pedem [os homens] da vida e desejam nela alcançar? [...] buscam a felicidade, querem se tornar e permanecer felizes. (Freud, 2011, p. 19).

As palavras de Sigmund Freud nos propõem uma reflexão que acompanha a humanidade desde muito tempo: *a busca pela felicidade*. Para o psicanalista, “felicidade” pode significar a “ausência de desprazer”, uma condição que os seres humanos desenvolveram como instinto; ou a “vivência de fortes prazeres”, condição reservada a poucos momentos da vida. Freud (2011) argumenta que a felicidade só é possível como “fenômeno episódico”, ou seja, condicionada à satisfação momentânea de desejos ou necessidades. Segundo esta hipótese, a felicidade é limitada e restringida pela própria constituição do indivíduo, pois, sua percepção excede a noção do “não-sofrer”, recaindo com frequência sobre a busca por prazer. Porém, a abstinência de sofrimento através da realização de prazeres momentâneos é uma condição insustentável, sendo parte da experiência humana os momentos de intensa infelicidade.

O sofrer nos ameaça a partir de três lados: do próprio corpo, que, fadado ao declínio e à dissolução, não pode sequer dispensar a dor e o medo, como sinais de advertência; do mundo externo, que pode se abater sobre nós com forças poderosíssimas, inexoráveis, destruidoras; e, por fim, das relações com os outros seres humanos. (Freud, 2011, p. 20).

Nesse sentido, entende-se a vivência de sofrimentos como intrínseca à vida, pois, em algum momento, seja pela fragilidade do corpo humano, pelas forças da natureza ou através das relações que criamos com o Outro, o sofrimento, em algum momento, nos alcançará. E se são inúmeras as formas de sofrer, também são as formas de se alcançar a felicidade. A experiência humana é movida pela relação entre estes dois polos, os quais formam nossa consciência e ditam a maneira como nos relacionamos. Em síntese, é o reconhecimento dos momentos de sofrimento e felicidade que darão sentido às relações do mundo da vida. Entretanto, os diferentes tipos de sofrimento são reconhecidos como tal, a partir do contexto social e, especialmente, de sua manifestação na realidade (incidência), a qual está condicionada às estruturas sociais e contextos sócio-históricos dos territórios — a estes nomeamos de “sofrimentos sociais”.

Os *sofrimentos sociais* podem ser interpretados como expressões do mal-estar gerado pelo modo de produção e organização da vida em sociedade, as quais influem sobre as condições de felicidade e infelicidade, podendo alcançar, ainda, sentidos relacionados à saúde mental dos indivíduos (Dardot; Laval, 2016). Com o estabelecimento da técnica na categorização dos sofrimentos sociais, surge um movimento científico que visa catalogar traços comportamentais que possam auxiliar na identificação destes sofrimentos, ao ponto de

conceber certos *momentos episódicos de infelicidade* (o luto, por exemplo) como “sintomas”. Mesmo em culturas que reconheçam a influência da comunidade, do meio-ambiente ou do contexto social na promoção de sofrimentos, cada vez mais a racionalidade hegemônica incentiva uma concepção diagnóstica do sofrer — como se a composição orgânica do cérebro sobressaísse às condições sociais de sofrer e ser feliz (Freud, 2011; Safatle, 2020).

Todavia, da crítica à lógica clínica, surgem argumentos para resgatar a noção de “patologias do social” em uma perspectiva histórica, considerando os sofrimentos sociais como expressões reais das contradições do modo de produção (Safatle, 2020). Fenômenos como a depressão e a ideação suicida, correspondem a esta lógica e sofrem as limitações que a racionalidade impõe à compreensão destes fenômenos como “sociais”, bem como na construção de respostas a sua incidência. Em outras palavras, o território reage de forma singular aos sofrimentos sociais, sendo estes reveladores de contradições de sua formação sócio-histórica. Neste sentido, considera-se que os indicadores sociais e de saúde mental dos territórios devem ser analisados sob critérios conjunturais, não sendo eficaz sua comparação temporal, unicamente; da mesma forma que é ineficaz a comparação entre territórios com formações sócio-históricas distintas, sendo que os fenômenos sociais e o próprio reconhecimento dos sofrimentos sociais dependem de processos únicos, inscritos *no e pelo* território.

Sobre isso, resgata-se as reflexões do filósofo e teórico alemão Karl Marx (1818-1883), ao escrever o texto *Sobre o Suicídio*, em 1846, onde destaca que as determinações culturais da sociedade burguesa são capazes de intensificar o sofrimento ao ponto de um indivíduo optar por sua própria morte (Marx, 2006). Neste breve ensaio, Marx analisa quatro casos reais de pessoas que atentaram contra a própria vida, extraídos das memórias do estatístico francês Jacques Peuchet (burocrata responsável pelos registros de óbito e investigação dos suicídios em Paris, no início do século XIX). Entre estes casos está a história de uma jovem que, após passar a noite com seu noivo e retornar à casa de seus pais pela manhã, é atacada violentamente com xingamentos e acusações — na época, dormir com o noivo, antes de consumado o matrimônio, era uma contravenção gravíssima. A jovem, tomada pela vergonha, jogou-se nas águas do *La Seine* e morreu. Dias depois, seus pais tentaram reaver as joias que a filha usava quando se jogou no rio, sem demonstrar (segundo Peuchet) remorso algum. Mais do que uma crítica à covardia da família ou aos costumes insensatos da sociedade parisiense, a história da jovem noiva exemplifica um tipo de autoridade própria da época, causada pela “compensação grosseira para o servilismo e a subordinação aos quais essas pessoas estão submetidas, de bom ou mau grado, na sociedade burguesa” (Marx, 2006, p. 32). Em outras palavras, existe uma condição de subserviência dos indivíduos à racionalidade

da época, mesmo que esta não lhe ofereça qualquer sentido de felicidade, tampouco evite o desprazer. Este caso contribui para debates contemporâneos produzidos no campo do Desenvolvimento Regional, em dois sentidos principais: Primeiramente, porque problematiza uma situação comum a muitas mulheres ainda hoje, que sofrem com as nuances da cultura patriarcal em suas vidas, as quais criam situações de intensa infelicidade e podem, como no caso da jovem, levar ao desejo de morte. Em segundo, porque destaca os conflitos do sistema moral relacionados à juventude, especialmente diante da rejeição e julgamento público — a partir do século XXI, fortaleceu-se o debate em relação aos impactos do *bullying* e outras formas de humilhação pública na produção de sintomas depressivos, considerando a relação entre a exposição dos jovens às Redes Sociais virtuais e o aumento na incidência de suicídios entre adolescentes (Borges; Werlang, 2006; Stavizki Junior; Viccari, 2019).

Enfatiza-se, em relação ao caso narrado por J. Peuchet e analisado por K. Marx, que a motivação para o ato suicida se deu em razão de uma racionalidade própria da sociedade parisiense do século XIX. Se trouxermos esta situação para nossos dias, a situação seria mediada por recursos próprios da racionalidade neoliberal; provavelmente através da contensão medicamentosa de seu impulso suicida; ou ainda, a negação do sentido de crítica social de seu suicídio. O que se espera ressaltar nesta reflexão é que as normas sociais que causam sofrimento social e que são a origem do mal-estar contemporâneo não são imutáveis. Sua relação com o território é íntima, assim como é intrínseca a relação com a racionalidade hegemônica. Pois, é no território que os sofrimentos sociais e a racionalidade se manifestam. Neste sentido, considera-se imperativo que os sofrimentos sociais sejam reconhecidos como fenômenos socioterritoriais.

4. FORMAS RECONHECIDAS DE SOFRIMENTO SOCIAL NO SÉCULO XXI

A felicidade e a infelicidade têm tantas maneiras de ser e de se manifestar quantas são as diferenças entre os indivíduos e os espíritos. (Marx, 2006, p. 25).

Nota-se, até aqui, que a cultura e a racionalidade de um território estão interrelacionadas com a produção de sofrimentos sociais. Ao comparar os registros do livro *Sobre o suicídio*, e aqueles encontrados em nossos dias, a principal diferença está no contexto social e, mais especificamente, nos modelos explicativos dos sofrimentos. As novas tecnologias psiquiátricas e neurológicas, capazes de identificar “distúrbios” causadores de sofrimento, vêm refundando as matrizes de análise do campo da saúde mental e aceitando que sofrimentos sociais sejam interpretados a partir de diagnósticos individuais. Entretanto, a

individualização das causas de sofrimento esconde as razões materiais de sua ocorrência — tendência cada vez mais associada à racionalidade neoliberal (Dunker, 2020).

A psicanalista brasileira Maria Rita Kehl, em *O tempo e o cão: a atualidade das depressões* (2009), analisa as mudanças conceituais do campo da saúde mental e identifica um aumento expressivo de diagnósticos de depressão, sobretudo a partir da década de 1990. Uma das razões para isto está no investimento da indústria farmacêutica em pesquisas para produção de novos psicofármacos. Medicamentos como o Prozac®, que em 1986 eram vendidos como “pílulas da felicidade”, encontraram milhares de indivíduos dispostos a comprá-los, graças a uma racionalidade que concebia o sofrimento como um distúrbio momentâneo, passível de ser “controlado”. Nesta lógica, perde-se o sentido que o sofrimento individual, no caso do sujeito diagnosticado com depressão, tem para o território; seu sentido social é reduzido para sintomas passíveis de intervenção clínica (Kehl, 2009; Dunker, 2020).

Analisar o aumento das depressões como sintoma do mal-estar social no século XXI significa dizer que **o sofrimento dos depressivos funciona como sinal de alerta contra aquilo que faz água na grande nau da sociedade maníaca em que vivemos.** [...] A tristeza, os desânimos, as simples manifestações da dor de viver parecem intoleráveis em **uma sociedade que aposta na euforia como valor agregado a todos os pequenos bens em oferta no mercado.** (Kehl, 2009, p. 31, grifo meu).

A crítica que M. Kehl faz, sobre a atual fase do capitalismo, considera o modelo de desenvolvimento neoliberal como causador do aprofundamento do mal-estar na sociedade. Entre outros fatores, a racionalidade neoliberal transfere para os indivíduos as causas de seu sofrimento, eximindo tanto o Estado, quanto o mercado, do encargo de responder ao aumento dos sofrimentos sociais. No neoliberalismo, cada sujeito é responsável por sua adaptação às expectativas gerais da comunidade, quase sempre associadas à ascensão econômica ou ao *status*. Desse modo, o mercado torna-se responsável por retribuir hierarquicamente os mais “dedicados”, “comprometidos” e “virtuosos”. Entretanto, na medida em que os indicadores de saúde mental evidenciam a correlação entre sofrimento psíquico e as condições materiais dos indivíduos, criam-se mecanismos para amenizar (ou ocultar) as razões destes problemas sociais (Safatle; Silva Junior; Dunker, 2020).

Diante disso, considera-se que as determinações do neoliberalismo promovem e acentuam o sofrimento psíquico, visando extrair mais produtividade, através da “administração do sofrimento, em dose correta e de forma adequada” (Dunker, 2020, p. 181). Segundo Dunker (2020), o neoliberalismo é mais do que uma teoria econômica, uma forma organizativa do sistema financeiro globalizado ou uma estrutura simbólica de valoração do consumo e da competitividade. Em suas palavras, o neoliberalismo representa:

[...] uma nova moralidade que prescreve como devemos sofrer [sob] o neoliberalismo, tendo na sua cúspide preferencial a síndrome depressiva. Agora **o sofrimento não é mais um obstáculo para o desenvolvimento da indústria, mas pode ser metodicamente produzido e administrado para aumentar o desempenho** e é isso que caracteriza o neoliberalismo no contexto das políticas de sofrimento: individualização, intensificação e instrumentalização. (Dunker, 2020, p. 182 grifo meu).

É a partir do paradigma moral que a racionalidade neoliberal difere do liberalismo clássico, pois desassocia sociedade e indivíduo, permitindo, assim, que os sofrimentos psíquicos sejam mobilizados em prol dos interesses da acumulação de riquezas, sem que haja resistência do indivíduo, tampouco das forças da sociedade. Se em períodos anteriores a depressão sinalizava para a perda de produtividade do trabalho, ou de forma ampliada, como um problema social ligado ao mal-estar na sociedade, hoje, a depressão é vista como “oportunidade” para as empresas farmacêuticas ampliarem seus lucros (Kehl, 2009; Dunker, 2020). Não por acaso, os profissionais de saúde mental assumiram uma posição de resistência à lógica medicamentosa, ainda no início da década de 1980 — no caso brasileiro este processo se deu através da Luta Antimanicomial e do movimento pela Reforma Psiquiátrica. Porém, a influência da racionalidade neoliberal não se limitou à moralização por vias da *clínica das depressões*; sua relação com o mundo da vida tornou-se orgânico e assumiu novos discursos, introjetados nas diferentes frentes de ação da saúde mental.

Assim, entende-se que está em curso uma mudança significativa no discurso a respeito da *saúde mental*, retirando do termo a crítica ao mundo do trabalho e aos sofrimentos psíquicos e sociais causados pelo capitalismo, para uma interpretação subjetiva de sintomas individuais. Este processo iniciou no campo acadêmico e hoje encontra na ação do Estado seu campo de intervenção mais efetivo. A partir deste novo discurso, criam-se as condições para que a lógica gerencialista assuma o sentido das ações de promoção da saúde mental coletiva — não mais visando a construção do bem-estar social, mas na *gestão* dos sofrimentos individuais, de modo a impedir a crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico.

4.1 A gestão do sofrimento psíquico a partir da racionalidade neoliberal

A influência da racionalidade neoliberal nas instituições de saúde mental pode ser problematizada pela contínua transferência das razões do sofrimento humano, para uma lógica dos distúrbios orgânicos do cérebro. Isto cria uma razão instrumental dos sofrimentos ao ponto de não se atribuir mais às causalidades do mundo da vida, tornando as ações e políticas de saúde mental em promotoras de soluções desarraigadas de sua causa principal. Em outros termos: enfrenta-se os sintomas; nunca o problema. Além disso, o neoliberalismo

cria condições para que a oferta de políticas de bem-estar social seja retirada do Estado, transferindo para o mercado a tarefa de produzir respostas ao aumento dos sofrimentos sociais (Kehl, 2009; Neves *et al.*, 2020).

Como dito anteriormente, os investimentos da indústria farmacêutica em pesquisas psiquiátricas e no campo da saúde mental em geral, vêm produzindo um novo paradigma científico, no qual espera-se mais do que a cura dos sofrimentos psíquicos — busca-se formas de ajustar os comportamentos e emoções ao “ritmo exigido do sujeito neoliberal” (Neves *et al.*, 2020, p. 141). Inverte-se, com isso, o papel que a psiquiatria e a farmacologia desempenhavam na promoção de saúde mental, assumindo uma promíscua relação mercadológica, alimentada por uma “indústria do bem-estar”.

Safatle (2020) explica que as classificações dadas às manifestações do sofrimento psíquico (doença, distúrbio, transtorno, etc.), dialogam com uma lógica que orienta os sujeitos a se enxergarem a partir de seus sintomas. As denominações são sempre interpretações perecíveis, condicionadas ao tempo e às necessidades de construção de uma narrativa em relação ao sofrimento. Em suma, nomear o sofrimento é reconhecer sua existência como socialmente excessiva ou em desacordo com as normas da racionalidade (Safatle, 2020, p. 9). A inscrição do sofrimento psíquico na categoria de “patologia”, por exemplo, decorre de um novo tipo de relação com o social, que transfere para os sujeitos que sofrem as condições e causas de seu sofrimento. Por outro lado, ao considerarmos o crescimento do número de indivíduos em sofrimento como uma “patologia do social”, estaríamos reconhecendo-as como fenômenos relevantes no contexto atual e, por sua vez, como contradição racional da narrativa hegemônica do neoliberalismo. Neste sentido, entende-se que os sofrimentos sociais se configuram como patologia na medida em que sua ocorrência se torna expressiva, ao ponto de contradizer os argumentos da própria racionalidade hegemônica em relação ao sofrimento.

Kehl (2009) ao argumentar sobre as mudanças nas representações patológicas do mal-estar social nas artes, destaca que foi a partir da revolução industrial que o temperamento melancólico (hoje nomeado de *depressão*) passou a ter uma conotação negativa. Antes disso, os melancólicos eram vistos como pessoas criativas, reflexivas, sábias, capazes de ver e compreender o mundo de forma única, empáticas e observadoras. O sofrimento dos melancólicos era não apenas reconhecido, mas admirado, como uma expressão genuína de um mal-estar compartilhado, mas que para outras pessoas, era difícil de ser traduzido. A grande diferença entre o melancólico dos séculos XVII e XVIII, e o depressivo do século XIX e XX, é que o temperamento melancólico atrapalhava o funcionamento acelerado das fábricas e advogava contra a exploração alienada do capitalismo industrial. Já no século XXI, com a

hegemonia do discurso neoliberal, o comportamento depressivo é visto como um sintoma; algo a ser enfrentado, remediado, ofuscado, repellido, prevenido.

A depressão é a expressão de mal-estar que faz água e ameaça afundar a nau dos bem-adaptados ao século da velocidade, da euforia prêt-à-porter, da saúde, do exibicionismo e, como já se tornou chavão, do consumo generalizado. [...] A depressão é sintoma social porque desfaz, lenta e silenciosamente, a teia de sentidos e de crenças que sustenta e ordena a vida social desta primeira década do século XXI. (Kehl, 2009, p. 22).

A crítica da autora recai sobre o processo de transformação de sentimentos rotineiros, como a tristeza, o desânimo e o cansaço, em patologias, e assim em objeto de intervenção — de preferência, com auxílio de medicamentos. Considerando a influência que a indústria farmacêutica adquiriu nas últimas décadas e o avanço da técnica neurológica, é compreensível que cada vez mais substâncias sejam desenvolvidas para estimular ou amenizar traços subjetivos do indivíduo. Apesar da defesa que este campo científico mobiliza, sua razão está relacionada a um “tipo” de agir instrumental, que, diante do sofrimento, cria formas de controle, a fim de acelerar uma suposta “recuperação” do indivíduo à ordem geral das coisas (Kehl, 2009).

Destaca-se que as críticas ao agir instrumental na saúde mental não visam negar os possíveis benefícios do uso de medicações psiquiátricas em situações de grave sofrimento psíquico. Sabe-se que, em determinadas situações, o uso de psicofármacos tende a evitar reações impulsivas em momentos de crise, fornecendo tempo para intervenções e tratamentos preventivos. Em outros casos, o uso de estimulantes químicos pode fornecer sensações de bem-estar que auxiliam na superação de experiências traumáticas e até mesmo no tratamento de dores crônicas. Entretanto, cabe salientar a intencionalidade comercial destes produtos que, em última instância, buscam produzir um “modelo ideal de sujeito” (Dunker, 2020, p. 317). Pois, como se evidencia na atualidade, os psicofármacos tornaram-se a maior fonte de renda da indústria farmacêutica no século XXI, movimentando bilhões de dólares todos os anos e atendendo aos mais variados “sintomas” (Dunker, 2021).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo aproximar as discussões sobre a racionalidade neoliberal e o sofrimento psíquico com o campo do Desenvolvimento Regional, destacando a complementaridade destas áreas para a identificação dos sofrimentos sociais de nosso tempo. Mais do que isso, espera-se contribuir com a crítica à racionalidade hegemônica como organizadora das capacidades humanas, evidenciando suas expressões causadoras de sofrimento social em um número cada vez maior de indivíduos. Afinal, o sofrimento sob o

neoliberalismo possui particularidades em relação às fases anteriores do capitalismo, sendo necessário compreender o seu desenvolvimento para propor novas formas de agir.

Em síntese, entende-se que a hegemonia da racionalidade neoliberal se mobiliza através da gestão dos comportamentos, criando uma narrativa de exclusão do diferente e, porventura, de menosprezo às manifestações públicas de sofrimento. Se antes do capitalismo neoliberal os sofrimentos indicavam para problemas na sociedade, hoje apontam para problemas do/no indivíduo. A adaptação ao *modus operandi* do sistema não é mais uma opção aos sujeitos; é uma exigência àqueles que participam no mundo do trabalho e que, cada vez mais, migra para as relações do mundo da vida.

Por fim, ressalta-se que a utilização das categorias "mal-estar social" e "sofrimento social" neste contexto é uma tentativa de nomear as expressões de desigualdade que não são adequadamente reconhecidas no debate público, sobretudo no campo do Planejamento Urbano e Regional. Em resumo, a categoria de mal-estar social refere-se a um fenômeno que, embora evidente nas dinâmicas territoriais, ainda não é formalmente nomeado nem abordado de maneira sistemática no campo científico. Esse mal-estar se manifesta de forma difusa e pode ser identificado nas diversas expressões da questão social, que se refletem em desigualdades de acesso a bens essenciais, como saúde, educação e moradia, além das relações de trabalho precárias e da exclusão social em larga escala. Estas determinações fazem parte da própria formação sócio-histórica de um território e devem ser consideradas dentro dos projetos de planejamento das regiões. A segunda categoria, nomeada de "sofrimento social", está relacionada a fenômenos mais visíveis e reconhecíveis pela esfera pública, mas que ainda geram divergências na sua conceituação, pois envolve a tensão entre a percepção do sofrimento como um sintoma de desajustes sociais e as explicações sobre suas causas. A análise do sofrimento social e do mal-estar, portanto, é essencial para uma compreensão mais crítica e abrangente dos efeitos do modelo capitalista no mundo contemporâneo, sendo indispensável para a construção de projetos de desenvolvimento verdadeiramente inclusivos e sustentáveis.

REFERÊNCIAS

- BORGES, Vivian Roxo; WERLANG, Blanca Susana Guevara. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. *Estudos de Psicologia (Natal)*, v. 11, p. 345-351, 2006.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- DUNKER, Christian. A hipótese depressiva. In: Vladmir Safatle, Nelson da Silva Junior, Christian Dunker (Orgs.). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

- DUNKER, Christian. Crítica da razão diagnóstica: por uma psicopatologia não-toda. In: Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior, Christian Dunker (Orgs.). *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. *Uma década até “fome zero”: ligando a saúde aos sistemas alimentares sustentáveis*. Trad. de José Dias Ferreira. Dublin: Concern Worldwide. 2020.
- FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização [1930]*. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras; 1 ed., 2011.
- HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- KEHL, Maria Rita. *O tempo e o cão: a atualidade das depressões*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia*. 5. ed. México: Era, 1981 [1972].
- MARX, Karl. *Sobre o Suicídio [1846]*. São Paulo: Boitempo. 2006.
- NEVES, Cristina C. S.; PEREIRA, Ana Paula C.; PEREIRA, Carlos A. S. Strategies of suicide prevention within the school for teenagers: a literature review on the base medline. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e300973945, 2020.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni. Puccinelli Orlandi. 5 ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.
- SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. *Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SAFATLE, Vladimir. Em direção a um novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social. In: Vladimir Safatle, Nelson da Silva Junior, Christian Dunker (Orgs.). *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Rio de Janeiro: *GEOgraphia*, v. 1, n.1, 1999.
- SCOTT, James C. Engenharia Social Hipermodernista: o caso da Tennessee Valley Authority. In: BROSE, Markus E. (Org.). *TVA e instituições de desenvolvimento regional: contribuições para a história das ideias*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2015.
- STAVIZKI JUNIOR, Carlos; VICCARI, Eunice Maria. O Serviço Social no atendimento de emergências psiquiátricas: processos de trabalho de assistentes sociais e residentes no atendimento de pacientes adolescentes com ideação e tentativa de suicídio. Santa Cruz do Sul: *Barbarói*, v.51, n.2, p. 113-132; jan./jun., 2019.
- STAVIZKI JUNIOR, Carlos. *Sofrimento Social e Racionalidade Neoliberal: contextos, instituições e atores das políticas de prevenção do suicídio no Estado do Rio Grande do Sul - Brasil*. 2025. 217f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). UNISC. Santa Cruz do Sul. 2025.